

Deslizamentos entre campo intelectual e campo político na produção da museologia social como objeto de política de governo no Brasil (2003 – 2009).

ALINE DOS SANTOS PORTILHO*

A categoria “museologia social”, surgida no campo da museologia em finais da década de 1980, foi produzida em um processo de mobilização intelectual e concorrência pela definição do que deveria concernir à museologia. É categoria que carrega forte conteúdo político, revelado o posicionamento no campo daqueles que se mobilizam em torno dela.

O grupo que a cunhou, então envolvido nos debates em torno da Nova Museologia, propunha a reformulação dos museus com o objetivo de torná-los mais próximos de certas demandas sociais. Este movimento, de ordem internacional, que envolveu acadêmicos portugueses, canadenses, mexicanos, brasileiros, franceses, entre outros, produziu, no Brasil, impactos importantes sobre as recentes políticas de governo para o campo dos museus.

Uma definição nativa e atualizada para museologia social é encontrada no trabalho de Mario Moutinho:

área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território. A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica. (MOUTINHO, 2007)

Nesta definição é possível perceber as linhas gerais do projeto deste grupo. A museologia social, segundo estes intelectuais, deve ser área disciplinar, estando inserida no campo do ensino e da investigação acadêmica, mas também de ação prática no mundo, alterando realidades. Deve estar ligada de forma multidisciplinar a outras áreas do conhecimento e ser, ao mesmo tempo, entendida como recurso que possibilita o desenvolvimento da sociedade.

Com a eleição do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2002, este grupo encontrou espaço para atuar na própria

*Mestre e doutoranda em História, Política e Bens Culturais pelo Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV.

produção de políticas de governo destinadas ao campo dos museus. Um dos efeitos desta atuação foi o soerguimento da categoria museologia social à condição de objeto destas políticas.

1. MOBILIZAÇÕES INTELLECTUAIS EM TORNO DA MUSEOLOGIA SOCIAL COMO CATEGORIA NO CAMPO ACADÊMICO

As décadas de 1970 e 1980 foram um período de intensos debates teóricos sobre os museus. Randolph Starn, no ano de 2005, produziu um trabalho sobre o que ele chamou de “novos estudos sobre museus”, que mapeia as transformações ocorridas nas maneiras de pensar estas instituições durante a segunda metade do século XX.

Segundo Starn, os autores empenhados nos novos estudos sobre a museologia postulavam uma mudança do papel dos museus na sociedade. Ainda que, em muitos casos, as críticas feitas pela nova museologia eram, então, reedições de temas já debatidos, o autor não defendia que estas críticas eram “meros déjà-vu”. Sobre as provocações que colocava, afirmava que elas, no mínimo significavam que:

we can learn from seeing how transformations have come about (or not) in the past. The itinerary that follows is bound to be provisional given the pace of change in the museum world, but any worthwhile guide should encourage its users to go beyond it. (STARN, 2005: 71).¹

Ao longo de quatro sessões, o estudo de Randolph Starn aborda iniciativas que buscaram transformar determinadas instituições museológicas tradicionais em espaços que reverberassem demandas por identidade e representação de grupos sociais subalternos.

Diferentemente de áreas como a arquivologia², é possível perceber o impacto destas críticas na configuração do campo dos museus. Diversos agentes mobilizados em torno dos museus incorporaram estas críticas e impulsionaram as instituições nas quais atuavam a se ajustarem a elas.

Tendo como ponto de partida o estudo de Randolf Starn, proponho refletir sobre como determinado setor do campo disciplinar da museologia instrumentalizou

¹Em tradução livre: “nós podemos aprender a ver como transformações surgiram (ou não) no passado. O itinerário que se segue é obrigatoriamente provisório, dado o ritmo das mudanças no mundo do museu, mas qualquer guia que vale a pena deve incentivar seus usuários a ir além dela.”

²Luciana Heymann deixa especialmente claro o “relativo alijamento” dos arquivos destes debates que movimentaram as Ciências Sociais naquele período e que, no campo dos museus, encontraram ressonância e modificaram, efetivamente, alguns de seus paradigmas (2012: 13)

essas críticas para produzir novas instituições nos interstícios da museologia com a política.

Para o autor, a iniciativa de reescrever a história dos museus não partiu dos historiadores, mas, dos profissionais ligados ao mundo dos museus. Para reforçar seu argumento, cita editorial da revista do Conselho Internacional dos Museus (ICOM)³ lançada em 1985, que abordava a experiência da “Nova Museologia” na França como sendo:

a movement of criticism and reform incorporating new developments in the social and human sciences with the aim of revitalizing techniques of display, exhibition, and communication, and, ultimately, altering traditional relationships between the institution [of the museum] and the public. (ICOM apud Starn, 2005: 71)⁴

Ou seja, os profissionais dos museus, representados nesta reflexão pelo ICOM, “relativizando técnicas de exposição, exibição e comunicação” (Idem: idem) e “alterando relações com os públicos” (Idem: idem), buscavam modificar a prática nos museus através da mobilização em torno da Nova Museologia. E estas inovações eram produzidas pela incorporação dos desenvolvimentos teóricos promovidos pelas ciências humanas e sociais naquele período.

É importante destacar a diferença entre dois movimentos neste processo. De um lado, temos a Nova Museologia como categoria, que recebeu esforços de produção intelectual de teóricos ligados às questões dos museus, cujos debates podem ser encontrados em obras como *The New Museology* (VERGO, 1989), *The Exhibition Cultures* (KARP & LAVINE, 1990), entre outras. De outro, há o movimento de profissionais do campo dos museus no âmbito do ICOM, que leva este mesmo nome e que neste trabalho procuro analisar. Ambos apresentam questões próximas sobre o estatuto dos museus na contemporaneidade e se lançam a disputar e criticar definições ditas tradicionais sobre o que é o museu e como estas instituições devem se desenvolver. Porém, os dois grupos desenvolveram formas e espaços distintos de atuação.

³Fundado em 1946, é uma organização que tem como objetivo congregar profissionais de museus de todo o mundo. Promove debates sobre o campo e tem estatuto de órgão consultivo para assuntos deste campo junto ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC / ONU). Esta organização tem, desde a sua fundação, definido “linhas mestras que exercem alguma influência sobre as práticas desenvolvidas pelos profissionais de museus” (Sepúlveda, 2004: 57).

⁴Em tradução livre: “um movimento de crítica e reforma incorporando novos desenvolvimentos das ciências sociais e humanas com o objetivo de revitalizar técnicas de exposição, exibição e comunicação e, recentemente, alterar relações tradicionais entre a instituição [os museus] e o público.”

De um lado, temos curadores e estudiosos atuando em museus ditos tradicionais que produzem crítica sobre sua própria prática e isto se reflete em exposições produzidas ao longo dos anos 1960 e 1970 em instituições como o Metropolitan Museum ou o Museu de História Natural de Londres. De outro lado, temos determinado setor da museologia utilizando-se destas críticas para produzir novas instituições museais e definir novos procedimentos expositivos. Das iniciativas deste último grupo surgiriam, futuramente, as experiências que criaram as condições para a emergência da categoria “museologia social”.

Alguns marcos temporais são produzidos para identificar o rebatimento das críticas produzidas nas ciências humanas, especialmente, na História e Antropologia, no campo dos museus. Para Tereza Cristina Scheiner, os anos 1980 foram, justamente, o período no qual a museologia se consolida como campo disciplinar

Ao final dos anos 1980, já se confirmava a existência de uma teoria da Museologia e definia-se para ela um lugar de fala no universo acadêmico. A investigação sobre a existência de metodologias próprias do campo e a análise dos limites e das interfaces com outros campos disciplinares (como a Filosofia, os Estudos Culturais, a Ciência Política e a Ciência da Informação) fortaleceram ainda mais a Museologia – definida, a partir de então, como uma disciplina de caráter transdisciplinar, dedicada ao estudo da relação específica entre o Humano e o Real, tendo como objeto de estudo o fenômeno Museu. (SCHEINER, 2012: 17)

Temos, ao longo da segunda metade do século XX, a conformação de um campo disciplinar específico em torno da museologia. Percebemos, analisando algumas frentes de trabalho abertas no final dos anos 1980, uma preocupação em definir conceitos e procedimentos específicos deste campo disciplinar que se pretendia constituir. Além disso, atenção relevante é dada à formação dos profissionais autorizados ao trato das questões dos museus. Embora esforços em preparar profissionais especializados no trato dos museus tivessem sido produzidos em épocas anteriores⁵, no período aqui tratado esta preocupação cresce em termos de sistematização e escala. No Brasil, por exemplo, a lei que regulamenta a profissão de

⁵A título de exemplo, a Escola do Louvre é de 1882 e, no Brasil, a experiência pioneira neste sentido veio de Gustavo Barroso com a criação, em 1932, do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional.

museólogo é de 1984, apesar de a formação para o trabalho nos museus existir, como já citado, desde pelo menos 1932.

É de 1976 a criação do International Committee for Museology (ICOFOM)⁶, grupo de trabalhado pertencente à estrutura do ICOM responsável por desenvolver pesquisas e estudos sobre a museologia como disciplina independente, ainda que interdisciplinar às ciências humanas. Esta instituição foi responsável pela criação de duas publicações: *Museological Working Papers* (MuWoP), caderno organizado em dois volumes lançados em 1980 e 1981, e *ICOFOM Study Series* (ISS), cujo primeiro número foi lançando em 1983 e está ainda em circulação, com periodicidade anual.

Observando os temas abordados nos primeiros números das publicações, percebe-se a preocupação em estabelecer conceitos e sistematizar procedimentos pertencentes ao campo da museologia. O primeiro número de MuWop trazia como tema “*Museology – science or Just practical museum work?*”⁷ e se definia como *A debate journal on fundamental museological problems*. Já o segundo número abordava a interdisciplinaridade na museologia. A revista ISS, em seu primeiro número, trazia as comunicações de um colóquio realizado em Londres com o tema *Methodology of museology and Professional training*.⁸

O esforço em definir conceitos e procedimentos para a museologia se materializava em categorizações sobre o que deveria ou não concernir aos museus. Estas eram produzidas no âmbito de organismos internacionais ocupados com a organização do campo dos museus e dos profissionais autorizados a nele atuar.

Embora estes esforços de nomeação e formação profissional sejam perceptíveis na trajetória dos museus em momentos anteriores, este novo movimento traz o elemento inovador da disputa por caracterizá-la como ciência específica. Segundo Teresa Scheiner, é neste momento que:

A investigação sobre a existência de metodologias próprias do campo e a análise dos limites e das interfaces com outros campos disciplinares (como a Filosofia, os Estudos Culturais, a Ciência Política e a Ciência da Informação) fortaleceram ainda mais a Museologia – definida, a partir de então, como

⁶Teresa Scheiner coloca a fundação do Grupo de Trabalho em Teoria Museológica para a América Latina e o Caribe – ICOFOM-LAM, em 1989, como marco importante no desenvolvimento deste campo, pois que ao longo dos anos 1990, possibilitou a produção de teoria museológica em português e espanhol.

⁷Em tradução livre: “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático no museu?” e “Uma revista de debate sobre problemas museológicos fundamentais”.

⁸Em tradução livre: “Metodologia da museologia e treinamento profissional”.

uma disciplina de caráter transdisciplinar, dedicada ao estudo da relação específica entre o Humano e o Real, tendo como objeto de estudo o fenômeno Museu. (Scheiner, 2012: 16)

Simultaneamente à consolidação da museologia enquanto campo disciplinar de forma mais ampla, concorrências por estas nomeações ocorriam no interior do próprio ICOM. É o que se percebe ao analisar as leituras sobre a realização, em 1984, em Quebec, do evento “Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova Museologia”, encontro que pretendia favorecer intercâmbios entre experiências da chamada “nova museologia”, esclarecendo “suas relações com a museologia instituída em geral.”⁹

A mobilização e os debates produzidos durante este evento possibilitariam a criação, em 1985, do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM). Com o surgimento deste novo organismo, o campo museológico ganhava um espaço que concorreria com o ICOFOM para produção de definições e reflexões sobre práticas museológicas.

Mario Caneva Moutinho, importante ator na consolidação da Nova Museologia como movimento e da museologia social como categoria, afirma sobre a articulação que levaria, anos mais tarde, ao surgimento do MINOM:

Desiludidos com a atitude segregadora do ICOM e em particular do ICOFOM, claramente manifestada na reunião de Londres de 1983, rejeitando liminarmente a própria existência de práticas museológicas não conformes ao quadro estrito da museologia instituída, um grupo de museólogos propôs a reunir, de forma autônoma, representantes de práticas museológicas então em curso, para avaliar, conceitualizar e dar forma a uma organização alternativa para uma museologia que se apresentava igualmente como uma museologia alternativa.¹⁰

Destaca-se que o autor qualifica-se como “desiludido” com o processo que é visto por outros agentes como de extremo avanço para a museologia. O mesmo evento de Londres, citado por Mario Moutinho, como símbolo de uma “atitude segregadora do ICOM” é reverenciado pelo ICOFOM, tendo o relato de seus debates ganhado,

⁹MOUTINHO, Mario Canova. A Declaração de Quebec de 1984. In: ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e Depoimentos*, Comitê Brasileiro do ICOM, 1995: 26.

¹⁰MOUTINHO, Mario Canova. A Declaração de Quebec de 1984. In: ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *A memória do pensamento museológico contemporâneo – Documentos e Depoimentos*, Comitê Brasileiro do ICOM, 1995: 26.

inclusive, lugar de destaque na publicação do primeiro número da revista da instituição que teve existência mais longa.

Analisando estes pontos de vista, fica clara a tensão entre, ao menos, dois grupos distintos no ICOM. De um lado, teríamos os que, organizados em torno do ICOFOM, buscavam delimitar um campo mais específico de atuação da museologia. De outro lado, teríamos os que, em torno do MINOM, mobilizavam a categoria museu para nomear seus empreendimentos e se colocavam como “alternativa” a uma prática museológica dita “instituída”.

Houve diversos desdobramentos produzidos pela concorrência entre estes grupos no interior do ICOM. Gostaria de enfatizar o surgimento, no início da década de 1990, da categoria “museologia social” como um efeito deste processo. Da mesma maneira que se verifica o empenho em produzir a museologia, de forma mais geral, como campo disciplinar é possível perceber a articulação de um grupo de intelectuais em torno da museologia social, como uma maneira especializada de operar a museologia.

Refletir sobre a produção desta categoria é fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Primeiramente, porque ela produz a possibilidade de surgimento de empreendimentos como os museus em favela e sua legitimação na museologia. Também, a observação de sua criação e consolidação revela deslizamentos importantes entre o campo intelectual e o campo da política no contexto brasileiro pós-2003, o que permite tecer reflexões sobre as relações entre governo e academia e entre estes e movimentos sociais organizados para a promoção de políticas de memória.

O termo museologia social (ou seus equivalentes “sociomuseologia” e “sociomuseology”) é utilizado por um grupo restrito de intelectuais, que se articula no campo mais amplo da Nova Museologia produzindo algumas especificidades. Há personagens determinantes para este processo, que, além de se ocuparem com a construção do MINOM, estavam atuando na formação de museólogos e atuando em instituições museológicas de diversos tipos. E foi no âmbito de algumas destas instituições que a categoria ganhou projeção.

Dois atores em especial, Mario Caneva Moutinho e Mario de Souza Chagas, se destacam na articulação desta rede, principalmente por sua produção sobre o tema ser considerada, por seus pares, de referência. A identificação do lugar de autoridade

conferido a estes intelectuais se deu tanto pela análise da bibliografia sobre o tema, que cita de forma sistemática o trabalho destes autores, quanto pela verificação da produção deles na revista *Cadernos de Sociomuseologia*¹¹.

Do texto de Mario Moutinho “Sobre o conceito de Museologia Social” (1993), que abre o primeiro número da revista “*Cadernos de Sociomuseologia*”, emergem as primeiras definições para categoria museologia social. No texto, afirma o autor que este conceito “traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”. Prossegue afirmando o apoio que as “mais importantes instâncias da museologia” dão ao esforço empreendido em torno da museologia social, muito provavelmente se referindo à acolhida que o grupo da Nova Museologia teve no ICOM. Fazendo uso das palavras do então Diretor Geral da UNESCO, Frederic Mayor, qualifica a museologia instituída para, em sua oposição, afirmar o que pretende que seja o papel da museologia dita renovada:

A instituição distante, aristocrática, olimpiana, abcecada em apropriar-se dos objectos para fins taxonómicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. (MAYOR apud MOUTINHO, 1993: 7)

Se recuperarmos os impactos que os museus ditos tradicionais sofreram ao reverberar as críticas colocadas pelas ciências humanas, percebemos que os qualificativos utilizados para designar esta museologia dita instituída falam muito, por oposição, sobre o lugar que o autor pretende construir para a museologia social. Instituições “aristocráticas”, “olimpianas” e, principalmente, opostas a instituição de novo tipo, ressalte-se, que ele próprio buscava construir, “aberta sobre o meio” e, mais especificamente, “consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social”.

Este contexto, qualificado como sendo de extrema renovação, é nomeado como “revolução museológica do nosso tempo” do qual dariam provas os formatos inovadores que preenchem a experiência museal desde a década de 1970. Esta revolução:

se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sansmurs', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades

¹¹Em minha tese de doutorado, ainda em elaboração, discuto como esta publicação é um importante espaço de produção da categoria museologia social no campo disciplinar da Museologia.

aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica. (Idem, idem)

Dando sequência ao seu empreendimento de situar a museologia social em um campo de projetos renovadores para a Museologia, Mario Moutinho historiciza estas práticas recuperando momentos considerados importantes, entre os quais estão, como um marco fundador, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972¹²

O autor constrói uma trajetória destes eventos que procura identificá-los como fundadores de conceitos e preceitos, como a “abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social” (Idem, idem), o chamamento à comunidade para participação na definição das prioridades de gestão dos museus, a necessidade de atuação interdisciplinar nos museus e a classificação do museu como instrumento para o desenvolvimento local. A estas noções, acrescentou ainda imperativos mais recentes como a ideia alargada de patrimônio e a necessidade de redefinição do objeto museológico.

Em seu texto desenha-se, pela primeira vez, uma maneira de historicizar o surgimento dos empreendimentos que serão incluídos na categoria museologia social. Esta historicização se repetirá em diversos trabalhos que têm como objetivo analisar iniciativas inscritas neste setor da museologia e culminará por traduzir-se em estratégia da própria legitimação da categoria.

A análise de seus textos revela o projeto de estabelecer enunciados e normatizações para a museologia social. Estes seriam aceitos como legítimos pelos que se utilizam daquela categoria para tecer reflexões sobre experiências museológicas. Percebemos, ainda, que a preocupação mais urgente era, na realidade, definir práticas e conceitos para a museologia de forma ampla e a elaboração da categoria museologia social é um produto da concorrência destes autores com outros pela definição do que deveria ser objeto da museologia.

2. MUSEOLOGIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE GOVERNO

¹²Evento realizado em 1972 pela UNESCO com o apoio do governo de Salvador Allende. É tido para os intelectuais mobilizados em torno da museologia social como um marco inicial de um processo de renovação do campo que teria como ápice a emergência daquela categoria.

No Brasil, algumas experiências ao longo dos anos 1990 e 2000 se empenharam em aplicar os preceitos estabelecidos para a museologia social.¹³ Como exemplo, podem ser citados: o Museu Magüta, localizado na cidade de Benjamin Constant (AM), criado em 1990 a partir da mobilização de chefes de comunidade da tribo Ticuna; o Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, que se reconheceu como tal em 1992 e o Museu da Maré, localizado na favela de mesmo nome, também no Rio de Janeiro, fundado em 2006.

Porém, foi no ano de 2009 que a museologia social se consolidou como objeto específico de política de governo a partir da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Em sua estrutura, o instituto contava com um Departamento de Processos Museais, coordenado, à época de sua criação, por Mario de Souza Chagas, no âmbito do qual existia a Coordenação de Museologia Social e Educação do Instituto Brasileiro de Museus (COMUSE).

Marcele Pereira foi coordenadora da COMUSE de 2009 a 2012 e em sua fala abordou alguns elementos que permitem perceber a tradução dos preceitos elaborados no campo acadêmico para a museologia social em uma política de governo.

Para Marcelle, esta categoria foi definida a partir das práticas propostas, especialmente com os museus em favela:

A museologia social começa a entender e a se entender como campo específico de conhecimento na medida em que essas experiências vão surgindo. Então eu poderia dizer para você sem nenhum medo errar que (...) o museu da maré especificamente (...) é a grande experiência motivadora desse processo da museologia social no Brasil, na forma que a gente acredita.

14

Ela valoriza as experiências anteriores, porém, para a gestora, é apenas o museu instalado em uma favela que produz os deslocamentos necessários a uma desejada crítica à museologia dita tradicional. A museologia social, então, é aquela que “pode surgir dentro de uma favela”¹⁵, arrastando o museu, instituição “sacralizada”¹⁶,

¹³Luciana Avelar, em sua dissertação de mestrado, apresenta diversas iniciativas de diferentes países que, anteriormente a este período, desenvolviam ações que se assemelham ao proposto pelo grupo da museologia social: AVELAR, 2015: 26-27.

¹⁴PEREIRA, 2012.

¹⁵Idem.

¹⁶Idem.

carregada “de um estigma de poder, de uma áurea de sabedoria e conhecimento”¹⁷ para o interior “de uma comunidade de pessoas pobres, de alta violência, de problemas gigantescos, convivendo com palafitas ainda”¹⁸. A participação da comunidade na gestão e proposição destes novos museus, bem como o alargamento da noção do que deve ser objeto da museologia seriam efeitos desta nova maneira de pensar os museus. Desta forma, a partir das experiências nas favelas, a categoria museologia social, e sua percepção como cidadania e direito, teria se consolidado no léxico das políticas de governo direcionadas ao direito à memória das populações pobres.

A ação de governo que melhor materializa a aplicação da categoria museologia social é o Programa Pontos de Memória. Criado em 2009, se define como instrumento de grupos subalternos na disputa pelo direito à memória. Suas atividades foram iniciadas pelo IBRAM, em parceria com o Programa Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura; com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci/Ministério da Justiça) e com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

O objetivo do programa era atender a um quadro maior de populações e territórios, definidos pelos operadores destas políticas como “os diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus.”¹⁹ Desta vez, não se tratava de incentivar grupos culturais com histórico de atuação anterior à ação do programa e sim de fomentar o nascimento desses grupos. Em decorrência disso, iniciou-se com o Programa um processo de busca pelo registro e sistematização da memória dos grupos escolhidos como Ponto de Memória. Descobrir e reconhecer suas memórias seriam os primeiros passos para valorizar suas identidades e culturas.

Doze locais foram indicados para receber um Ponto de Memória na primeira experiência, realizada em 2009: Comunidade da Terra Firme, em Belém/PA; Comunidade do Taquaril, em Belo Horizonte/MG; Comunidade da Estrutural, em Brasília/DF; Comunidade do Sítio Cercado, em Curitiba/PR; Comunidade Grande Bom

¹⁷Idem.

¹⁸Idem.

¹⁹ “Programa Pontos de Memória”. Disponível em <http://www.museus.gov.br/programa-pontos-de-memoria>. Acesso em 24/06/2010.

Jardim, em Fortaleza/CE; Comunidade do Jacintinho, em Maceió/AL; Comunidade da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre/RS; Comunidade do Coque, em Recife/PE; Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, no Rio de Janeiro/RJ; Brasilândia, em São Paulo/SP; Beiru, em Salvador/BA e Comunidade do São Pedro, em Vitória/ES.

Dois anos mais tarde, o universo de ações desenvolvidas a partir do Programa Pontos de Memória foi ampliado. Através de um edital público, foram escolhidas para receber recursos 150 iniciativas no Brasil e 18 do exterior. As primeiras iniciativas escolhidas não recebem mais recursos do Programa, porém, continuam fazendo parte da rede de iniciativas em memória social que compõem o Programa Pontos de Memória e são intitulados “Pontos de Memória Pioneiros”.²⁰

3. APLICAÇÕES DA CATEGORIA MUSEOLOGIA SOCIAL: O MUSEU DE FAVELA:

Uma das instituições estimuladas pela implantação do Programa Pontos de Memória foi o Museu de Favela (MUF). Sediado nas favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, este museu nos permite explorar, ainda que de forma breve, alguns os efeitos nas localidades que aquela ação produz.

Com a criação do IBRAM e de sua Coordenação de Museologia Social, um novo espaço no campo da política para os museus se abriu a grupos ligados a minorias e aos movimentos sociais. O museólogo Mário de Souza Chagas se revela um ator destacado neste processo. Ainda como funcionário do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, Mário buscava aproximação com movimentos sociais diversos. Em minha dissertação de mestrado, apresentei como foi definitiva sua atuação para a execução da exposição “Praia do Flamengo, 132”, realizada em 2008, que rememorava a trajetória da União Nacional dos Estudantes no prédio que ficava no endereço que dá título à exposição e o papel que esta desempenhou na articulação da memória dos estudantes mobilizados em torno desta instituição. Também foram realizadas ações de mesmo tipo junto ao MST (PORTILHO, 2010).

Concluo que sua produção intelectual e prática política são indissociáveis e a aproximação com grupos subalternos e movimentos sociais demonstra as interfaces de

²⁰Idem.

sua produção como intelectual e agente da política. Sua chegada a um lugar de direção na hierarquia da instituição responsável pela gestão do campo dos museus no Brasil inequivocamente reverberou na produção de determinadas políticas para o campo dos museus a agenda por direito à memória destes grupos que ele buscava se aproximar.

Em paralelo, é importante acompanhar o desenrolar da criação e consolidação do MUF a partir do ponto de vista dos moradores que se envolveram no processo. Rita de Cássia, moradora do Cantagalo e curadora de memórias do MUF, quando perguntada sobre porque foi escolhido criar um museu afirma:

Por que um museu? Ai, que pergunta! [Silêncio seguido de risos] Se eu parasse pra pensar num museu cheio de objetos pegando poeira. Um monte de objeto inanimado, estacionado como geralmente acontece nos museus tradicionais, eu acho que não me identificaria.²¹

A resposta para a identificação de Rita estava nas concepções de museu propostas pela museologia social e podemos, sem dúvidas, estender isso aos demais membros do grupo de fundadores do museu:

Mas, quando se pensa num museu vivo, museu em constante mutação onde as próprias pessoas podem contar sua história, seja através de um vídeo, seja pessoalmente. Ou a gente poder estar atuando em vários locais diferentes, sentindo a pulsação, sentindo ali, ao vivo e a cores (...) eu acho uma ideia demais!²²

E este museu deveria ser também, dentre outras coisas, capaz de mobilizar a memória dos moradores. Porém, não era qualquer mobilização. Pensava Rita “numa memória que vibra o tempo todo, que pulsa.”²³

É importante destacar que a agenda da sistematização da memória dos moradores foi produzida pelo grupo em torno do MUF no mesmo tempo em que se produzia a museologia social como objeto de política de governo. Não partiu de um projeto consolidado de sistematização da memória coletiva local que as agências de governo apenas identificaram. Na fala de Rita de Cássia, fica evidente que o conhecimento sobre museologia e o desejo de trabalhar com memória era produzido e no processo de construção do próprio museu. Quando perguntada sobre quais foram as motivações para a fundação do museu, Rita respondeu: “a gente não sabia, cara. Dizer

²¹SANTOS, 2014.

²²Idem.

²³Idem.

pra você que a gente estava sabendo que estava fazendo, pensando, a gente está mentindo. Ninguém ali é museólogo, nenhum de nós.” Os agentes mobilizados em busca de diálogo com agências de Estado com o objetivo de realizar seus projetos e angariar melhorias para a favela identificou a memória como recurso fundamental naquele momento específico.

A relação dos agentes do Estado, promotores das políticas direcionadas a estes territórios com a população local é permeada de conflitos e negociações. Ora as instituições aparecem como parceiros fundamentais para o desenvolvimento das ações, ora aparecem como portadores de instrumentos de dominação e imposição de políticas. É o que se percebe analisando a fala de Acme, grafiteiro e primeiro presidente do MUF, no produto audiovisual “Nova Geração”, produzido pelo programa “Furacão 2000”. Neste vídeo, Acme apresenta alguns fatos que permitem refletir sobre a ambivalência nas relações entre esses agentes e as instituições do Estado. Abordando uma das ações do MUF, o Circuito das Casas Tela, afirma que durante os preparativos para a pintura das casas, tiveram dificuldades em convencer alguns moradores a assinar o termo de compromisso e cessão do espaço para a pintura das telas. Isso porque muitos pensavam se tratar de uma ordem de desocupação da casa para demolição, em razão das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao mesmo tempo, esta ação só foi possível pelo repasse de recursos financeiros recebidos do IPHAN através do edital de Modernização de Museus de 2008. Ou seja, o mesmo Estado que, através do IPHAN, trazia possibilidade de acesso a novos recursos era percebido, em razão da atuação do PAC, como aquele que trazia tecnologias de controle do espaço da favela.

Falar em uma relação com o Estado não dá conta da realidade que aqui pretendi problematizar. São diversas relações, ora percebidas como positivas ora percebidas como negativas, que os moradores mantêm com diversos órgãos do Estado no seu cotidiano. É preciso problematizar justamente como e quais são estas relações ambivalentes que se desenham. Ao mesmo tempo em que se reivindica a presença mais forte do Estado garantindo direitos a esta população, há uma mobilização com o objetivo de garantir em que termos essa participação se dará.

Referências

AVELAR, Luciana Figueiredo. *Museus comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museu do Taquaril*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em História, Política e

Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012.

KARP, Ivan; LAVINE, Steven (orgs). *Exhibiting Cultures – the poetics and politics of museum display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

MOUTINHO, Mario Canova. Sobre o conceito de Sociomuseologia. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 1, nº 1, p.7 – 9, 1993.

SCHEINER, Teresa. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 7, nº 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012

STARN, Randolph. A Historian's brief guide to new museum studies. In: *The American Historical Review*, vol 10, pp 68-98, 2005.

VERGO, Peter (org). *The new museology*. Londres: Reaktion Books, 1989.

Entrevistas

PEREIRA, Marcele. Entrevista concedida à autora em 19 de novembro de 2012.

SANTOS, Rita de Cássia. Entrevista concedida à autora em 27 de agosto de 2014.